



QUESTÃO social: moradores de rua transformaram a Praça Rui Barbosa em sua casa

Ameaças devem ser denunciadas

O tenente-coronel Marcus Vinícius Sousa Dutra, comandante do 5º BPM, entende que os moradores de rua são mais um problema social do que policial. Pela lei, a Brigada Militar só pode interferir se os acusados cometerem algum tipo de violência, o que não tem sido muito comum, de acordo com o oficial. Por isso, ele recomenda que as vítimas entrem em contato imediatamente com a BM, através do telefone 190, para registrar a ocorrência.

Dutra observa que os “mo-

da cidade, usufruindo a liberdade”, constata. “Num asilo ou casa de passagem, não podem beber e, como são dependentes do álcool, não querem sair dali”, reforça.

De acordo com o sargento Elvis Carvalho, a Brigada costuma abordá-los com certa frequência e até manda que deixem a Praça. “Eles saem na hora, mas depois acabam voltando para a Praça”, revela. “Eles não aceitam disciplina e horários. Não querem tomar banho. Um deles até tem casa,

Assistência Social passará por reestruturação

O secretário municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, João Marcelino da Rosa, diz que a área de Assistência Social da Prefeitura nunca foi tratada como prioridade em Montenegro. Uma das consequências é o fato de não existir, sequer, um cadastro confiável dos moradores de rua, muito menos, programas e ações voltados a tirá-los dessa condição. “Com o apoio da Brigada Militar, vamos realizar este trabalho, saber quem são, se possuem famílias, para indicar, caso a caso, a melhor alternativa”, prometeu.

Marcelino acredita que, com o apoio das entidades que atendem a pessoas em situação de vulnerabilidade social, será possível fazer um bom trabalho. Por outro lado, constata que o poder público precisa se estruturar melhor. E isso envolve a própria Secretaria, o Centro de Referência em Assistência Social (Cras) e o Centro de Referência Especializa-

Com o apoio da Brigada Militar, vamos realizar este trabalho, saber quem são, se possuem família, para indicar, caso a caso, a melhor alternativa.

João Marcelino da Rosa, secretário de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania

vítimas de violência.

Uma das providências a ser adotada com urgência é a locação de um imóvel para abrigar o Creas, hoje funcionando junto à Secretaria. “A própria lei determina que este setor fique num local diferente, pois abriga vítimas de violência, que não podem ser identificadas e, muito menos, ter contato, ainda que eventual, com seus agressores. Hoje, da forma como está o ór-

Outra necessidade urgente é a ampliação da equipe da Secretaria. Está em fase de elaboração um projeto de lei prevendo a criação de 36 novos cargos de assistente social, advogado e educadores sociais, a ser remetido em breve para apreciação pela Câmara de Vereadores. A falta de pessoal tem impedido a realização de um trabalho mais efetivo. Marcelino lembra que, em 2013, o Município perdeu em torno de R\$ 800 mil em recursos federais porque não elaborou projetos de ações para o setor. Um dos objetivos é evitar que isso ocorra novamente.

Para o vereador Marcos Gehlen (PT), a situação dos moradores de rua precisa ser tratada por profissionais de assistência social, pessoas especializadas em situações desta natureza. “Falta competência técnica para lidar com a situação. Historicamente, a cidade não trabalha este tema”, comentou. Na opinião do petista, a Prefeitura deveria ter um



TENENTE-CORONEL Marcus Dutra

